

**DEMOCRACIA LIBERAL E
SOCIEDADE ABERTA**

Amostragem

CATARINA ROCHAMONTE

**DEMOCRACIA LIBERAL E
SOCIEDADE ABERTA**

Amostrã

70

Democracia Liberal e Sociedade Aberta

Copyright © 2026 Edições 70

Edições 70 é um selo da editora Almedina do Grupo Editorial Alta Books.

(STARLIN ALTA EDITORA E CONSULTORIA LTDA.)

Copyright © 2026 Catarina Rochamonte

ISBN: 978-65-5427-371-8

Impresso no Brasil – 1ª Edição, 2026 – Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R672D

1. ed. Rochamonte, Catarina.

Democracia liberal e sociedade aberta / Catarina Rochamonte.

– 1. ed. Rio de Janeiro : Edições 70, 2026.

216 p.; 15,7 x 23 cm

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5427-371-8

1. Democracia liberal. 2. Filosofia política. 3. Sociedade aberta. 4. Liberalismo. I. Título.

CDD 321.8

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra fora formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Materiais de apoio e erratas: Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

Produção Editorial: Grupo Editorial Alta Books

Diretor Editorial: Anderson Vieira

Editor da Obra: Rodrigo Mentz

Vendas Governamentais: Cristiane Mutüs

Produtor Editorial: Eduardo de Preença



Rua Viúva Cláudio, 291 – Bairro Industrial do Jacaré

CEP: 20.970-031 – Rio de Janeiro (RJ)

Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419

www.altabooks.com.br – altabooks@altabooks.com.br

Ouvidoria: ouvidoria@altabooks.com.br

Editora
afiliada à:



ASSOCIADO



Sumário

7 Introdução

Capítulo 1. O ideal democrático liberal e humanista

- 17 1.1 A *pólis* e o surgimento da Filosofia
- 22 1.2 Justiça, lei e ordem
- 32 1.3 Os sofistas, a política e o humanismo de Protágoras
- 38 1.4 Aristóteles: justiça, lei e prudência
- 44 1.5 Estoicismo e cosmopolitismo
- 46 1.6 A Escola de Salamanca na origem das doutrinas liberais

Capítulo 2. Sociedade aberta

- 57 2.1 Henri Bergson ou Karl Popper?
- 66 2.2 A sociedade aberta, segundo Karl Popper
- 101 2.3 Sociedade aberta, segundo Henri Bergson
- 121 2.4 Bergson X Popper

Capítulo 3. Um olhar feminino sobre a política contemporânea

- 135 3.1 Hannah Arendt em defesa do pluralismo
- 174 3.2 Egoísmo não é virtude: uma crítica à ética objetivista de Ayn Rand
- 187 3.3 Simone Weil: opressão e liberdade

211 Conclusão

214 Referência bibliográficas

Amostragem

Introdução

Embora as ideias democráticas e liberais tenham alcançado sua expressão doutrinária completa apenas nos tempos modernos e contemporâneos, já tivemos oportunidade de destacar, em livro anterior (Introdução à Filosofia Política – Democracia e Liberalismo) que noções fundamentais de justiça, lei escrita, liberdade, igualdade, pluralismo etc. apareceram já na Grécia Antiga.

Temos insistido na continuidade de valores existentes entre determinados aspectos nobilitantes das teorias políticas modernas e o próprio processo civilizatório do Ocidente. Para encontrar esse fio de Ariadne da boa política é preciso, por um lado, visitar determinadas tradições e, por outro lado, desapegar de preconceitos que levam, muitas vezes, à defesa acrítica e apaixonada de determinada ideologia.

A tradição democrática e a tradição liberal, no seu entrecruzamento contínuo, possui uma potencialidade que poderá ser de grande valia na análise mais acurada dos problemas políticos contemporâneos, os quais não serão solucionados pela mera afirmação e defesa dogmática de tal ou qual escola de pensamento, mas ganharão em clareza quando confrontados à luz do referencial teórico já consolidado pelas referidas tradições.

O termo Sociedade aberta, por sua vez, passou a ser utilizado praticamente como sinónimo de democracia ou de uma ordem social científica, racional, livre, tolerante, inclusiva, pluralista e humanista e acabou abrangendo quase todos os valores fundamentais defendidos pelo mundo livre; no entanto, o que ganhou em extensão perdeu em profundidade, aproximando-se do senso comum à custa do seu sentido filosófico.

Essa obra propõe também um resgate desse conceito, apontando o seu inerente aspecto religioso, que acabou sendo relegado. Com isso, acreditamos favorecer um melhor entendimento da relação de ressonância entre o mundo livre e o cristianismo.

Guerras no Oriente Médio, guerra na Ucrânia e as democracias liberais sendo ameaçada pelo fundamentalismo islâmico, pelo imperialismo russo, pelo crescimento do reacionarismo nacional-populista de direita e pela disseminação da estupidez woke/identitária. Eis o pano de fundo geopolítico no momento em que esse livro vem a lume, como mais um modesto esforço de apresentação da referida tradição sob ameaça.

Um autor que alargou a minha visão sobre a tradição política ocidental foi o filósofo político francês, Philippe Nemo. Nos dois volumes da sua obra *“Histoire des idées politiques”*, ele expõe de forma erudita e muito bem encandeada não apenas a tradição democrática liberal, mas também os seus inimigos à esquerda e à direita enquanto no livro *“Qu’est-ce que l’Occident?”*, ele defende a importante tese de que, no Ocidente, *“foram alcançadas certas figuras do universal cujo desaparecimento ou enfraquecimento afetaria a humanidade como um todo.”*

Segundo esse autor, a civilização ocidental pode se definir “pelo Estado de direito, pela democracia, pelas liberdades intelectuais, pela racionalidade crítica, pela ciência e por uma economia de liberdade baseada na propriedade privada”. Tais valores e instituições foram o fruto de uma longa luta de construção histórica e de determinados acontecimentos essenciais.

O presente livro também caminha no sentido de relembrar ao leitor essa construção histórica e esses acontecimentos, embora o faça de forma mais resumida e acrescentando a essa exposição a originalidade da noção de sociedade aberta, tal como fora concebido pelo filósofo Henri Bergson, antes do filósofo liberal Karl Popper popularizar (e deformar um pouco) o referido conceito.

Abordamos as ideias políticas que, desde a Grécia até a Escola de Salamanca, formaram as bases das democracias liberais modernas. É importante que tais raízes sejam didaticamente expostas, uma vez que, hoje em dia, a palavra democracia foi de tal modo manipulada e esvaziada que passou paradoxalmente a servir de instrumento retórico para aqueles que trabalham para destruí-la.

Segundo Philippe Nemo, “a democracia é o nome especial dado ao liberalismo político e ao pluralismo nos procedimentos de nomeação de governantes e da tomada de decisões políticas.”

Ela não se desenvolveu de modo contínuo, mas foi um ideal lançado que precisou contornar inúmeros obstáculos e desvios a fim de reencontrar seu elã inicial e continuar o processo de abertura da sociedade.

Apesar de ter se configurado no Ocidente, a sociedade aberta concerne direta ou indiretamente a toda a espécie humana. Houve um avanço real na organização social e abrir mão desse avanço é uma escolha clara pelo retrocesso.

À esquerda ou à direita, encontram-se inimigos da sociedade aberta, que é a sociedade de direito e de livre mercado, a sociedade que preza a ordem espontânea. Tais inimigos corroem a democracia muitas vezes sob o pretexto de defendê-la.

O que seria então a democracia que vale a pena defender? Não é apenas um regime específico e datado, mas um ideal de igualdade, liberdade e justiça, que é o próprio legado político do Ocidente, naquilo que essa civilização construiu de melhor.

O princípio do governo da lei e o princípio da liberdade individual, por exemplo, foram uma inovação grega, herdada pelos romanos e posteriormente reformulada pelos filósofos políticos ingleses na forma do *rule of law*, um governo de leis e não de homens, cerne do ideal liberal moderno.

Os gregos inventaram o governo de lei, mas foram os magistrados e jurisconsultos romanos que o aperfeiçoaram no período da República Romana.

Os filósofos estoicos já haviam elaborado a teoria do cosmopolitismo, estabelecendo que a humanidade constitui uma comunidade única partilhando uma natureza humana idêntica. As relações sociais no seio da comunidade deveriam, portanto, ser regidas tendo por referência uma lei natural, racional, da qual as leis positivas de cada cidade seriam uma aproximação.

O arcabouço conceitual trabalhado pelo direito romano procurou definir a propriedade privada, delimitando juridicamente o “meu” e o “teu” nas diversas situações possíveis. Ao definir assim o domínio próprio de cada um, assegurando os seus direitos, o próprio conceito de indivíduo ganhou relevância.

O direito romano foi não apenas uma das colunas principais sobre as quais se estruturaram os sistemas jurídicos modernos, mas também uma das fontes do humanismo ocidental.

Junto ao civismo grego, o progresso feito por Roma no direito imprimiu na cultura ocidental o valor do Eu, fornecendo as bases sobre as quais o cristianismo se apoiou para afirmar o valor absoluto da pessoas humana, livre, moralmente responsável, criada e amada por Deus, dotada de uma dignidade intrínseca a despeito de quaisquer fatores contingentes como raça, condição social, gênero, etc.

Embora se apoie na tradição moral e jurídica herdada da antiguidade pagã, a moral evangélica a supera e transforma por meio do sublime sentimento da compaixão, da caridade.

À exigência de justiça já presente no profetismo judaico, Jesus junta a misericórdia e uma elevada exigência de ação em direção ao outro, ao sofredor, ao próximo. Trata-se de uma ética da superabundância, que não se esgota no dar a cada um o que é devido, mas alarga-se como doação de si no dever do amor.

Porque Jesus realizou na terra o supremo sacrifício, o apelo cristão tornou-se um móbil para a própria sociedade que, insuflada e impulsionada pelos imitadores do Cristo, progride gradativamente no caminho da fraternidade universal.

Embora tenha havido momentos de confusão entre o poder religioso e o poder temporal, é possível defender a tese de que a dessacralização do poder na Europa foi fruto da religião judaica e da religião cristã, sendo a noção de laicidade depreendida do próprio texto bíblico.

No judaísmo e no cristianismo, o poder espiritual não se curva ao poder temporal; a salvação depende da conversão *interior* dos homens, nas quais trabalhavam os profetas e os santos. A missão do Estado, por

sua vez, era garantir a ordem social. A frase de Jesus “dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, sanciona essa separação de papéis.

Essa cisão ou irredutibilidade entre os dois mundos, que será uma das fontes de nascimento das democracias modernas, também se expressa quando, ao ser confrontado por Pilatos acerca da sua realeza (Tu és rei?), Jesus responde: - “Meu reino não é deste mundo”.

A mensagem bíblica, portanto, é uma mensagem de dessacralização do Estado. O Ocidente acostumou-se com essa mensagem e por ela se deixou moldar.

Não obstante, houve diversas tentativas de “ressacralização do Estado, seja sob uma forma autoritária ou absolutista (Maquiavel, Hobbes, Rousseau, Hegel...seja sob uma forma totalitária”, escreve Philippe Nemo, no livro já citado “Que’est-ce que l’Occident”.

Na medida em que o Islã é também uma das religiões do livro, há algum aspecto de proximidade do mundo árabe-muçulmano com o Ocidente. Mas o Islã transformou e descaracterizou profundamente a ética recebida do judaísmo e do cristianismo. Além disso, o mundo islâmico não assimilou os princípios do civismo grego e do direito romano.

Durante séculos, a educação do Ocidente formou a juventude com seus valores, ideais e normas. As escolas e universidade formaram mentalidades ocidentais que, por sua vez, asseguravam a perpetuação dessas mesmas instituições. Esse movimento circular foi rompido. Tal rompimento, porém, não configurou progresso, mas retrocesso.

A cultura de cada geração é, de modo geral, o resultado da forma como foi educada a geração anterior. O que hoje se convencionou chamar “cultura woke” é a consequência de décadas de uma educação ocidental marcada pelo desprezo dos seus próprios valores.

Nesse contexto, a excêntrica e perigosa aliança entre a esquerda woke (identitária) e o islamismo faz com que a atual disputa política deixe de ser um debate interno saudável e legítimo dentro do contexto de uma democracia para se tornar uma clivagem civilizacional que ameaça o próprio Ocidente.

“Um espectro ronda a Europa: o espectro do comunismo”, escreveu Marx, em 1848, na abertura do Manifesto Comunista. Após causar muito terror e desgraça, esse espectro foi, num certo sentido, exorcizado. Mas ele, assim como o nazismo, foi apenas a manifestação de outro espectro mais difícil de afastar: a inclinação humana ao coletivismo e a tendência ao totalitarismo.

O ódio difuso e mal dissimulado, o resgate de velhas fórmulas de preconceito, o medo arraigado de perder o próprio bem-estar (como se o bem-estar fosse um valor supremo), o delírio febril em torno de líderes e o pouco apreço ao indivíduo real que sofre, vítima do infortúnio ou do ódio de desajustados de pendor autoritário são alguns sintomas do caos político em que vivemos.

Se considerarmos toda a história da humanidade, a civilização é ainda uma novidade, de modo que não deveríamos nos espantar tanto quando pessoas se comportam de um modo primitivo. Mas precisamos estar alertas.

Há duas formas de nos relacionarmos com o primitivo: atualizando-o psiquicamente por meio da manifestação de seus símbolos e engrandecendo a personalidade pela assimilação de alguns dos elementos dispersos do inconsciente coletivo ou nos deixando subjugar inconscientemente pela sua força.

A psique coletiva compreende as partes inferiores das funções psíquicas, por conseguinte, como explica Carl Gustav Jung, o indivíduo que incorporar inconscientemente a psique coletiva preexistente ao seu próprio patrimônio ontogenético estenderá de modo ilegítimo os limites de sua personalidade, inflando-a, intensificando a importância do ego e levando o indivíduo a uma patológica vontade de poder.

O desenvolvimento da personalidade exige sua diferenciação da psique coletiva a fim de evitar uma nefasta fusão do individual no coletivo e o cultivo espiritual dessa personalidade pelo processo de autoconhecimento é condição necessária para que indivíduos não sucumbam às suas próprias sombras e, sucumbindo, abram as portas para a sombra coletiva.

O nazismo só foi possível porque um enorme número de indivíduos espiritualmente embotados, psiquicamente fragilizados tornaram possível aquela terrível psicose em massa.

Infelizmente vivemos hoje algo parecido. O massacre perpetrado contra judeus em território israelense em 7 de outubro de 2023 deu uma amostra do que o ódio bestial como sombra projetada pela psique coletiva do Islamismo é capaz de fazer e o suporte que parte do Ocidente deu aos perpetradores daquele massacre deu uma amostra do tipo de violência que a adoecida psique ocidental é capaz de justificar.

Apesar de ser uma religião mais nova que o judaísmo e o cristianismo, o islamismo se expressa como uma religião primitiva, tribal, fechada. Suas práticas, suas regras, sua moral são incompatíveis com uma sociedade aberta e em constante evolução. Por isso mesmo encontram nela guarida milhões de almas entorpecidas e ainda imaturas, incapazes de assumir as altas responsabilidades que cabem a um indivíduo autônomo e consciente de si.

Do lado ocidental, o primitivismo aflora na política como sentimento de apego a grupos identitários. Como explica Antônio Risério no seu livro “Identitarismo”, a esquerda atirou longe o marxismo para se associar “tanto ao totalitarismo terceiro-mundista quanto ao obscurantismo religioso dos aiatolás da morte, ao antissemitismo e ao neorracismo”.

Após o vazio ideológico gerado pela crise do comunismo, a nova esquerda “elege o muçulmano ou o negro como arquétipo do “oprimido” e sucedâneo do “proletariado”: “A ditadura iraniana pode prender e matar mulheres, o fanatismo muçulmano pode incendiar homossexuais vivos na Nigéria, os ex-comunistas chineses podem promover campanhas genocidas contra os uigures. E tudo bem: não existe pecado fora dos limites geográficos tradicionais do Ocidente. [...] O identitarismo, em seu tribalismo antiuniversalista, conduz-se como se não tivesse absolutamente nada a ver com isso”, escreveu o antropólogo e ensaísta brasileiro.

A cultura ocidental não é superior em um sentido absoluto, pois cada povo e cada civilização tem sua contribuição a dar à humanidade. Mas há de se reconhecer que, do ponto de vista político, mais vale uma

sociedade regida pelo direito e pelo respeito à liberdade individual do que sociedades regidas pela *sharia* ou pelo despotismo oriental.

A superioridade política do Ocidente está na liberdade dada ao indivíduo sob parâmetros éticos universais. Não se chegou a isso de uma hora para outra. Sua conquista, tanto no sentido das lutas concretas, quando dos esforços intelecto-morais para concebê-la, confunde-se com o próprio desenvolvimento civilizatório.

É um pouco nesse sentido que penso deva ser lido o clássico artigo de Francis Fukuyama, “O fim da história”, ou seja, não no sentido de um fim concreto da história ou da perenidade de uma forma muito específica de regime político, mas como a intuição de que o impulso moral que está na base das democracias liberais não pode ser eliminado porque há algo de essencial nessa concepção política ocidental que é a democracia.

A essência da democracia é sua própria incompletude ou abertura, como explica o filósofo francês Henri Bergson, para quem o ideal democrático é originalmente religioso, o eco político do apelo à fraternidade lançado pelo cristianismo. O apelo é definitivo, a resposta a ele depende da humanidade.

A democracia é, segundo Bergson, de todas as concepções políticas, a mais distante da natureza, a única que transcende, ao menos em intenção, as condições da sociedade fechada.

Atribuindo ao homem direitos invioláveis, ela pede também ao homem uma fidelidade inalterável ao dever, uma capacidade de ser livre e autônomo, legislador e sujeito, um cidadão ideal, tal como queria Immanuel Kant.

Mas o homem, infelizmente, está mais perto da natureza do que do seu ideal. E o recrudescimento para o primitivismo das sociedades fechadas é uma ameaça constante que não pode ser menosprezada.

A sociedade fechada é aquela onde seus membros são indiferentes ao resto dos homens, estão sempre prontos a atacar ou a se defender, resritos a uma atitude de combate, sempre prontos para a guerra. Para ela, faz-se necessário, de um lado, um chefe que estabeleça o comando absoluto e, de outro, uma massa disposta à absoluta obediência.

Autoridade, hierarquia e fixidez são as marcas de uma sociedade primitiva, que se reproduzem em sociedades não-democrática de qualquer época. A sedução que uma tal estrutura social ainda provoca em muitos é uma prova de que, por trás do verniz civilizatório, o instinto primitivo ainda pulsa em nós. Há “um instinto profundo de guerra que recobre a civilização”, explica Bergson.

Estamos, então, condenados à fatalidade da guerra, ao retorno ao primitivismo das sociedades fechadas? Não, se aprendermos a lidar com as disposições da espécie que subsistem no fundo de cada um de nós.

Talvez devêssemos levar a sério a máxima da psicologia analítica segundo a qual algo interno que não se torna consciente acontece no mundo externo como uma sina. Somos nós que fazemos a nossa própria época. “Todo o futuro, toda história do mundo, brota fundamentalmente como uma gigantesca somatória das forças escondidas nos indivíduos”, escreveu Carl Gustav Jung.

Deveríamos, pois, exigir de nós mesmos e dos políticos, maior consciência psicológica em vez de projetarmos coletivamente nosso primitivismo fortalecendo perigosamente problemáticas lideranças.

O avanço tecnológico não nos salvará, se não nos salvarmos de nós mesmos. “A humanidade geme, meio esmagada sob o peso do progresso que realizou”, escreveu Bergson no último parágrafo de seu último livro. “Ela não sabe o suficiente que seu futuro depende dela...”

Amostragem

Capítulo 1. O ideal democrático liberal e humanista

1.1 A *pólis* e o surgimento da Filosofia

Não há dúvida de que o momento do surgimento da Filosofia, na Grécia, foi um dos pontos altos na história da humanidade, um momento esplendoroso, cuja grandeza fez com que alguns estudiosos concebessem esse período como uma espécie de “milagre grego.” É o caso de John Burnet que, no seu livro *Aurora da filosofia grega*¹ (*Early Greek Philosophy*), defende que o nascente pensamento filosófico na Jônia foi um produto do gênio grego, uma espécie de despertar racional que teria provocado uma ruptura irreconciliável com o mito.

Outra importante tese defendida por Burnet nessa mesma obra é a vinculação direta entre filosofia e ciência, sendo o pensamento dos jônios (filósofos pré-socráticos) uma espécie de matriz, fomentadora da ciência. Nessa perspectiva tem-se, além da dissociação entre filosofia e mito, uma apreensão depreciativa deste último, considerado como uma espécie de ingenuidade ou morosidade intelectual, como um obscuro anteparo primitivo contra o qual incidira a luminosidade da genialidade dos primeiros filósofos.

1. BURNET, J. *O Despertar da Filosofia Grega*. São Paulo: Editora Siciliano, 1994

Jean Burnet considera, pois, um equívoco procurar as origens da ciência jônica nas ideias mitológicas o que, segundo seu ponto de vista, corresponderia a fazer a ciência derivar da mitologia. Tratar-se-ia, antes, nos primeiros filósofos da *physis*, da adoção de uma nova atitude, de uma investigação baseada na observação e na experimentação, ou seja, um trabalho de base empírica. Esse empirismo é colocado por Burnet como condição mesma para a constituição da filosofia, considerada, por sua vez, como fundamento do saber científico.

Ao associar o pensamento filosófico a um tipo de conhecimento advindo da observação, distante de algo como a revelação ou inspiração poético-religiosa, Burnet fortalece a tese da irrupção de um novo senso de realidade, reforçando, por conseguinte o caráter revolucionário da filosofia grega como berço da ciência ocidental. Sob essa óptica, a filosofia grega seria um conhecimento sem precedentes, que teria surgido quase miraculosamente na Grécia, constituindo-se o nascedouro de toda a atividade científica no Ocidente.

O problema dessa interpretação é justamente essa descontinuidade, essa lacuna. Ao desvincular a filosofia do mito, da poesia e da religião, Burnet acaba por desvincular a filosofia da própria cultura na qual ou da qual ela emergiu, uma vez que tal cultura se apresentava nas próprias narrativas míticas tradicionais.

À radicalidade da tese do milagre grego se contrapõe a tese de F.M. Cornford² cujos estudos apontam as conexões entre o pensamento filosófico e o mito, mostrando que a descontinuidade com a narrativa mítica foi promovida antes pelos médicos gregos do que pelos filósofos da *physis*.

Segundo Cornford, a filosofia jônica não teria sido um conhecimento oriundo da experiência ordinária do dia a dia e da observação, mas sim de uma instância espiritual, da profundidade da alma, de uma tradição dos profetas, poetas e sábios que povoavam a Grécia.

2. CORNFORD, F. M. *Principium Sapientiae*: as origens do pensamento filosófico grego. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

A medicina grega, por sua vez, teria sido esse conhecimento baseado na experiência e na experimentação, um conhecimento distante daquele de caráter revelado, tendo Hipócrates, inclusive, criticado a aplicação à medicina empírica dos postulados a priori, próprios da filosofia natural.

Diferentemente desta, a medicina explorava a natureza do homem de baixo para cima, e se constituiu como saber a partir da reflexão sobre a maneira como o médico de fato procedia, datando do período em que determinados médicos se dispuseram a desvincular a sua arte dos antecedentes mágicos.

Embora esse mesmo desejo de se separar do aparato mitológico tenha marcado os filósofos de Mileto, estes recorreram, para tanto, a postulados abstratos acerca do estado originário das coisas, enquanto os médicos seguiram o caminho oposto, partindo de uma atenção constantemente fixada em casos individuais para, em seguida, fazer suas generalizações.

A tese de Cornford vincula os primeiros filósofos às figuras do profeta, do poeta e do sábio, por conseguinte, à figura do xamã que, no oriente, fundia em si essas três funções. Em um dos capítulos de sua obra *principium sapientiae*, o autor estabelece sua tese do filósofo como herdeiro do poeta vidente, embora no capítulo seguinte apresente as diferenças e o conflito entre ambos.

Havia, tanto no sábio-poeta-vidente da antiguidade quanto nos filósofos originários, uma inquietação interna que tentava desbravar os caminhos do bem e da virtude. Esse caminho era ladeado de crenças transcendentais e verdades divinamente inspiradas (a exemplo do poema de Parmênides). O filósofo, portanto, teria sua ancestralidade arraigada nos dons divinos do sábio-vidente-poeta.

A despeito dessa herança, o conflito de perspectivas evidencia-se, na medida em que os filósofos naturais buscavam desvendar o porvir dos fenômenos da natureza, baseando-se na compreensão e análise dos próprios fenômenos, enquanto os profetas e videntes ainda interpretavam os fenômenos naturais como manifestação do humor dos deuses.

Uma vez que se evidencia a possibilidade de explicar/interpretar os fenômenos sem a intervenção das divindades, os profetas vão perdendo

o seu lugar como consultores da sociedade. Disso resultou, dentre outras coisas, as acusações de ateísmo que muitas vezes incidiram sobre os filósofos.

Nesse conflito, o papel de Sócrates é profundo e sutil: em meio aos vários sábios, profetas, magos, supostamente dotados de conhecimentos divinatórios, ele recusa a presunção de que é dotado de algum saber a ser revelado. Sua máxima “sei que nada sei” estabelece uma distinção entre o profeta-vidente dotado de conhecimento privilegiado e o filósofo, dotado de uma lucidez acerca da própria ignorância, que o impele sempre a buscar a verdade.

Embora derivem de uma mesma gênese, o profeta, o poeta e o filósofo acabam se distinguindo e afirmando, cada um, sua identidade e inspiração própria. O profeta é inspirado pelos deuses e o poeta pelas musas, enquanto o filósofo é impulsionado pelo seu amor pela verdade.

Como se vê, Cornford teve êxito em relacionar os três tipos: o filósofo/sábio, o vidente e o poeta, evidenciando suas particularidades sem, contudo, eliminar a unidade que lhes identifica a origem.

O historiador e antropólogo francês, Jean Pierre Vernant³, reconhece a importância do trabalho de Cornford para reestabelecer o fio da continuidade histórica entre a filosofia e o pensamento religioso que a tinha precedido. Assim como Cornford, Vernant também se insurge contra a corrente de historiadores de filosofia, representada por John Burnet, que considera a filosofia como um começo absoluto que marcaria uma descontinuidade radical na história. Assim sendo, Vernant toma a obra de Cornford como ponto de partida para suas próprias investigações acerca do início da filosofia grega.

Segundo Vernant, Cornford teria estabelecido o liame entre o pensamento religioso e o começo do conhecimento racional, ligando a primeira filosofia grega às suas origens míticas. Da obra de Cornford, Vernant destaca, por exemplo, sua demonstração de que a física jôni-

3. VERNANT, Jean Pierre. *As origens do pensamento grego*. RJ: Bertrand Brasil, 2000